

XXVIII Cimeira Luso-Espanhola

22 de junho de 2015

A XXVIII Cimeira Luso-Espanhola teve lugar em Baiona, sob a presidência do Presidente do Governo de Espanha, Mariano Rajoy Brey e do Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho. Ao longo da mesma, foi feito um balanço sobre os diversos âmbitos da profícua cooperação bilateral, além de uma troca de pontos de vista sobre as questões mais relevantes da agenda europeia e internacional.

No passado dia 12 de junho, comemorámos, em Espanha e Portugal, o trigésimo aniversário da assinatura dos nossos respetivos Tratados de Adesão às, nessa época, Comunidades Europeias. Nestes trinta anos de participação ativa e bem-sucedida no projeto europeu, os nossos países passaram por profundas transformações no âmbito político, económico e social: fortalecemos as nossas democracias e os nossos Estados de Direito; modernizámos e abrimos as nossas economias ao mundo, num mercado cada vez mais globalizado e complexo; impulsionámos o nosso desenvolvimento socioeconómico e os nossos níveis gerais de riqueza; defendemos a necessidade de uma Europa forte, com voz e voto no cenário internacional; e unimos os cidadãos, diminuindo distâncias em prol do bem comum. Nesses 30 anos, em Espanha e Portugal, além de termos consolidado o aprofundamento e a qualidade das nossas relações – próprias de dois países parceiros e amigos – também mantivemos, no seio da União Europeia, uma estreita cooperação estratégica para defender objetivos partilhados de fundamental importância, tais como: a criação de emprego, o crescimento económico, a sustentabilidade do nosso modelo social e a defesa dos valores europeus no mundo.

Nos últimos anos, Espanha e Portugal levaram a cabo um relevante conjunto de reformas estruturais, necessárias para dotar as nossas economias de maior flexibilidade e competitividade, com o objetivo de voltar a criar emprego através da transformação profunda da economia que a nossa condição de membros do Euro nos exige.

Como resultado das reformas implementadas, que atuam sobre âmbitos muito diferentes, e da prudência na área fiscal, em 2014 foi constatada uma consolidação da recuperação económica dos nossos países, com taxas positivas de crescimento do PIB. Além disso, as previsões da Comissão Europeia e de

outros organismos internacionais, para ambas as economias em 2015, certificam o final da crise. Ambos os Governos reiteram a importância e o compromisso de prosseguir no caminho das reformas como única garantia de crescimento sustentável e equilibrado, da criação de emprego e da prosperidade para os cidadãos de ambos os países.

Mas ambos os Governos estão convictos de que as reformas a nível nacional, como as empreendidas em Portugal e Espanha, devem ser completadas com uma ambiciosa agenda de reformas no âmbito da UEM. Concretamente, a UEM deve agora entrar numa segunda fase de reformas para ancorar as respostas de emergência dos anos transatos, mas, também, de forma a lidar com a herança acumulada da crise, sobretudo ao nível do desemprego e da dívida. O recrudescimento de movimentos populistas e antieuropeus deve também ser visto como uma advertência para os riscos de fragmentação política na UE. Uma reforma a longo prazo da arquitetura da área do Euro, crucial, significaria um compromisso político renovado com a moeda única e traduzir-se-ia num maior bem-estar dos cidadãos do Euro.

Até aqui, no âmbito europeu, foram tomadas medidas importantes como as dirigidas a completar a união bancária ou as adotadas pelo BCE para dotar o Euro de maior liquidez. No entanto, ainda resta muito por fazer para completar a União Económica e Monetária e ambos os Governos consideram essencial avançar na direção de um cenário de maior integração a médio e longo prazo. O novo Relatório dos Cinco Presidentes deverá, agora, apontar para a conclusão a curto prazo de uma verdadeira união financeira e oferecer uma perspectiva clara e calendarizada dos passos seguintes no sentido do reforço da convergência económica real no seio do Euro, de avançar na criação de uma capacidade orçamental e da eficiência e da legitimidade da sua arquitetura institucional.

Espanha e Portugal mantêm relações comerciais e de investimento privilegiadas, que se têm reforçado. No âmbito comercial, as trocas bilaterais têm aumentado constantemente nas últimas décadas, graças à constituição do Mercado Único Europeu e ao reforço da cooperação entre os nossos países em novos domínios, oferecendo maiores oportunidades empresariais. Ambos os países comprometem-se a continuar a trabalhar para facilitar os seus fluxos comerciais.

Partilhamos a convicção de que o modo de superar os problemas económicos consiste no aprofundamento da integração dos nossos países no seio da União Europeia e na ampliação do Mercado Único, no qual Espanha e Portugal são um

exemplo pelo seu elevado nível de integração e pela abertura das suas economias ao comércio e ao investimento.

No que diz respeito à política comercial e de investimento comunitário, Espanha e Portugal comprometem-se a contribuir positivamente para a nova estratégia comercial que está a ser definida pela Comissão, tanto a nível bilateral como multilateral, visando que a abertura de novos mercados ofereça oportunidades de negócio às empresas europeias, favorecendo a procura externa e, por conseguinte, o crescimento e o emprego.

Ambos os países destacam a importância e o seu compromisso na negociação de acordos comerciais e de investimento entre a União Europeia e os seus parceiros estratégicos, em particular do TTIP, Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento com os Estados Unidos, e manifestam a sua confiança em que um acordo amplo, ambicioso e profundo beneficiará todas as partes. Além disso, Espanha e Portugal partilham o desejo de que a União Europeia intensifique os seus esforços para concluir o acordo com os países do Mercosul, aos quais estão unidos por estreitos e especiais laços históricos e económicos.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Espanha e Portugal congratulam-se pela intensa e satisfatória cooperação bilateral em todos os âmbitos entre ambos os ministérios da Administração Interna, conscientes de terem criado um verdadeiro “património de cooperação”. Manifestam a sua satisfação pela colaboração e troca de informação na luta contra o terrorismo, contra a delinquência e contra a imigração irregular e o tráfico de seres humanos, assim como pela estreita colaboração em matéria de proteção civil, nomeadamente no que respeita à luta contra os incêndios florestais nas zonas fronteiriças.

No que tange à luta contra o terrorismo, ambos os ministros decidem continuar com a estreita cooperação entre os serviços responsáveis pela luta contra o terrorismo, com ênfase especial na troca de informação e na análise e cooperação operacional, que têm dado excelentes resultados na luta contra esta ameaça comum para a segurança das duas partes.

No âmbito da luta contra o crime, congratulam-se pelos bons resultados alcançados pelo Plano TELOS, criado originariamente para conseguir uma atuação coordenada por terra, mar e ar contra o narcotráfico de haxixe no Estreito de Gibraltar. Congratularam-se, ainda, pelos contactos frequentes entre

a PSP e as Forças e Corpos de Segurança do Estado sobre armas e explosivos e outras substâncias NRQB (Nuclear, Biológico, Radiológico e Químico) suscetíveis de uso por parte de terroristas no âmbito da SCEPYLT e da Rede TEMPRANA.

No âmbito da luta contra a imigração irregular e do controlo de fronteiras, Espanha e Portugal congratulam-se pela cooperação mantida, destacando-se o trabalho conjunto na FRONTEX, e pelo desdobramento do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo de costas (SIVICC) e pelos progressos alcançados na sua interconexão com o Sistema Integrado de Vigilância Exterior (SIVE) de Espanha, o que constitui um modelo para o desenvolvimento do Projeto EUROSUR da UE. Felicitam-se, também, pela implementação do Projeto CLOSEYE de vigilância das fronteiras exteriores da UE através de satélites, assim como pelo Projeto SEAHORSE Mediterrâneo.

No âmbito da cooperação policial e aduaneira, os países felicitam-se pelos resultados obtidos após a última avaliação conjunta dos cinco Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) na fronteira de Espanha e Portugal. Nesse mesmo sentido, destaca-se a grande aceitação social e mediática do Projeto Esquadras Europeias, sendo 2015 o seu ano de desenvolvimento.

No âmbito dos serviços de proteção da natureza e do ambiente, o Movimento Transfronteiriço de Resíduos e Saúde Vegetal (por exemplo os nemátodos e os produtos fitossanitários utilizados na agricultura) mereceram uma atenção especial por parte dos dois países, com a participação do SEPNA da GNR e do SEPRONA da Guarda Civil, tanto na planificação e troca de informação quanto na execução de ações de aplicação conjunta, com o objetivo de prevenir e combater a ilegalidade que incide sobre estas questões.

No que respeita à Proteção Civil, os ministros tomam nota com satisfação do nível de cooperação alcançado por Espanha e Portugal nesta questão, em particular em tudo o que concerne a emergências por incêndios florestais.

Considerando de grande interesse que essa cooperação possa vir a intensificar-se em tudo o que for possível e que se obtenha dela a máxima eficácia, solicitam à Direção-Geral de Proteção Civil e Emergências de Espanha e à Autoridade Nacional de Proteção Civil de Portugal, que estudem as alterações necessárias nos protocolos de atuação existentes, tendo em conta os novos desenvolvimentos, tais como o Mecanismo da União para Proteção Civil, e as múltiplas necessidades de atendimento que possam derivar das emergências acontecidas nas proximidades da fronteira.

Finalmente, ambas as partes realçam o trabalho conjunto levado a cabo em diversos fóruns multilaterais em que participam, como os Conselhos JAI da UE, o G-4, composto por ministros da Administração Interna de Portugal, Marrocos, França e Espanha e a Conferência de ministros da Administração Interna do Mediterrâneo Ocidental (CIMO). Espanha reforça o seu compromisso de cooperação com a presidência portuguesa do G4 e da CIMO, que teve começo agora, com o objetivo de cumprir com sucesso os compromissos das Conclusões de Lisboa do G4 e da Declaração de Lisboa da CIMO.

JUSTIÇA

Ambas as partes constataam com satisfação o intenso nível de cooperação existente entre as suas respetivas autoridades centrais e judiciais, assim como o alto grau de eficácia alcançado, tanto no âmbito criminal como no civil, e coincidem quanto à necessidade de continuar a reforçar a cooperação judicial internacional como meio efetivo de luta contra a delinquência organizada transnacional e o terrorismo.

Ambas as partes manifestam o seu firme compromisso em continuar a impulsionar o espaço de liberdade, justiça e segurança, e congratulam-se pelos excelentes resultados obtidos na aplicação dos diversos instrumentos de reconhecimento mútuo, expoente máximo do princípio de confiança mútua e, em especial, da Ordem Europeia de Detenção e Entrega.

Ambas as partes destacam a importância de continuar com o fortalecimento dos vínculos com a Ibero-América, procurando alianças estratégicas entre os países de ambas as ribeiras do Oceano Atlântico e promovendo, através da Conferência de Ministros da Justiça da Ibero-América (COMJIB), políticas públicas comuns no setor da Justiça. Igualmente, sublinham a necessidade de reforçar a cooperação judiciária no âmbito ibero-americano, bem como a eficaz atuação conjunta de ambos os países na criação e consolidação da IberRede, atribuindo-lhe um papel decisivo como elo de ligação entre a União Europeia e a Ibero-América no referido âmbito.

TURISMO

Dado o papel que Espanha e Portugal reconhecem ao turismo como elemento dinamizador da economia e gerador de emprego, e considerando o valor extremamente positivo dos efeitos benéficos que as estratégias de promoção conjunta implementadas nos últimos anos tiveram para o setor, ambos os

governos incidem na necessidade de promover projetos tecnológicos de criação de produtos turísticos conjuntos, como a elaboração de uma rota turística cultural transfronteiriça entre Espanha e Portugal, que permita valorizar o património dos concelhos com fortificações a ambos os lados da fronteira, a partir de uma estratégia territorial conjunta de desenvolvimento turístico entre os dois países sob o conceito de destino turístico inteligente, e que ficará refletido na assinatura, durante esta Cimeira, de um Plano de Ações Conjuntas para 2015, que se espera que represente um forte impulso da atividade turística de ambos os Estados e do seu crescimento económico.

Os dois países acordam ainda promover em conjunto os caminhos portugueses do Caminho de Santiago, que tiveram um grande dinamismo em 2014.

ENERGIA

Espanha e Portugal felicitam-se pelos progressos alcançados em relação à constituição do Mercado Ibérico del Gás, no qual ambos os países irão partilhar um único ponto virtual de balanço num quadro harmonizado. Nesse Mercado Ibérico do Gás será constituído um Mercado Grossista Organizado de Gás Natural, que integrará as operações desenvolvidas na península ibérica e será operado pela sociedade MIBGAS S.A.

Nesse sentido, ambos os países comprometem-se a levar a cabo os trabalhos necessários que possibilitem a assinatura, nos próximos meses, de um Tratado Internacional em que se contemple a integração gradual de ambos os mercados. Igualmente, Espanha e Portugal continuarão a estudar as possibilidades de estabelecimento de mecanismos compensatórios entre os sistemas do sector do gás natural, que permitam eliminar a tarifa dupla entre ambos os países, sem que isso tenha impacto nas receitas de cada um dos sistemas.

Aperfeiçoar o desenvolvimento do Mercado Ibérico do Gás permitirá refletir um sinal de preços do gás natural na península ibérica transparente, o que aumentará a concorrência no setor e torná-lo-á uma alternativa razoável para o abastecimento de gás natural para a Europa, graças ao impulso das redes de infraestruturas energéticas.

Espanha e Portugal reiteram o compromisso de continuar a trabalhar para aumentar o nível de interconexões energéticas dos dois países com os restantes países da UE, nomeadamente no quadro da Declaração de Madrid, de 4 de março de 2015 e do Memorando de Entendimento para o estabelecimento de

um Grupo de Alto Nível sobre interconexões no Sudoeste da Europa, acordado em Luxemburgo no passado dia 15 de junho e que será assinado em breve pelos ministros da energia.

FOMENTO

Os Chefes de Governo tomam nota dos progressos alcançados nas ligações terrestres entre ambos os países, em particular nas ligações ferroviárias pertencentes ao Corredor Atlântico, Madrid-Lisboa e Medina del Campo-Salamanca-Aveiro, assim como na linha Vigo-Porto, onde ambos os países estão a coordenar as obras de eletrificação.

Congratulam-se pela recente constituição e implementação de um grupo de trabalho conjunto para a coordenação de ações que impulsionem o desenvolvimento do Corredor Atlântico da Rede Transeuropeia de Transporte.

Os dois países realçam a importância do desenvolvimento de um mercado ibérico para o transporte de mercadorias, assim como a conveniência de empreender ações estratégicas conjuntas para satisfazer este mercado. Acordaram organizar os grupos de trabalho necessários para promover as ações específicas que contribuam para alcançar o referido objetivo. Nesse sentido, destacaram a criação, em outubro de 2014, da Comissão Executiva do Corredor Ferroviário Atlântico de Transporte de Mercadorias, que representou uma extensão até à Alemanha do corredor que ligava Portugal, Espanha e França.

Em relação ao transporte de passageiros por via-férrea, ambos os países congratulam-se pelo aumento do número de passageiros verificado nas ligações entre os dois países e com França, e especialmente na ligação Vigo-Porto, onde o modelo de exploração conjunta permitiu incluir as três novas paragens comerciais acordadas na última Cimeira sem aumentar o tempo da viagem.

No que respeita ao transporte por estrada, os dois países congratulam-se com a assinatura da Convenção para a reabilitação da ponte internacional sobre o rio Guadiana entre Ayamonte e Vila Real de Santo Antonio e o início, em Fevereiro de 2015 em Espanha, das obras de prolongamento da autoestrada A62 de Fuentes de Oñoro até à fronteira com Portugal e da adjudicação das obras na segunda metade de 2015 do troço português da autoestrada A25 que está pendente entre Vilar Formoso e Guarda. Como o termo destes dois últimos troços, conseguir-se-á a concretização efetiva desta nova ligação transfronteiriça de alta capacidade.

Sublinham, por sua vez, os grandes avanços verificados na interoperabilidade dos dispositivos de pagamento eletrónico em ambos os países, sendo que os dispositivos espanhóis já são interoperáveis em Portugal, tendo sido aumentadas significativamente, neste mês de junho, as autoestradas em Espanha interoperáveis para os dispositivos portugueses e continuando os trabalhos para alcançar a interoperabilidade total no prazo mais breve possível.

No âmbito portuário, reiteram o seu desejo de manter uma colaboração e coordenação no estabelecimento das Janelas Únicas Logísticas de ambos os países, o impulso das autoestradas do mar e a implementação nos portos de infraestruturas para o fornecimento de combustíveis alternativos, como parte do desenvolvimento do Corredor Atlântico.

Além disso, ressaltaram o interesse comum em estreitar a cooperação técnica em áreas como as ajudas à navegação ou à oceanografia operacional, e em continuar a promoção de ações conjuntas para o desenvolvimento de tráfego portuário de cruzeiros e de mercadorias no mercado atlântico.

Finalmente, acordam em colaborar conjuntamente para aproveitar as oportunidades que o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a EU e os Estados Unidos pode oferecer a ambos os países e, em particular, ao aumento do tráfego portuário dada a posição geoestratégica de Portugal e de Espanha para o transporte marítimo internacional.

No que diz respeito ao transporte aéreo, expressam o seu desejo de continuar a colaborar no desenvolvimento do Plano de Ação Comum do Bloco Funcional do Sudoeste do Céu Único Europeu. Para isso, enfatizaram o interesse partilhado em incentivar a cooperação técnica com o intuito de facilitar a interoperabilidade e a integração de funções e componentes dos sistemas de controlo de trânsito aéreo, de modo a que ambos os países possam ser beneficiados pelas sinergias derivadas de uma colaboração conjunta com outros fornecedores de serviço europeus de navegação aérea.

POLÍTICA SOCIAL, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Espanha e Portugal congratulam-se pelas suas atividades de cooperação no âmbito da Política Social, Emprego e Segurança Social. E, neste sentido, ambos os países frisam a importância de continuar a desenvolver e aprofundar essa colaboração.

Do mesmo modo, cabe destacar a excelente relação existente entre Espanha e Portugal na Comissão Administrativa de Coordenação dos Sistemas Segurança Social. Ambos os países levam a cabo várias colaborações e desenvolvem, no âmbito da referida Comissão, iniciativas conjuntas, tais como definir posições comuns ou apresentar notas conjuntas. Importa sublinhar, também, a estreita colaboração em relação à interpretação da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social.

Ambos os países manifestam a sua intenção de continuar a desenvolver e intensificar as atividades de intercâmbio de informação e cooperação levadas a cabo entre a Inspeção de Trabalho e Segurança Social de Espanha e a Autoridade para as Condições do Trabalho de Portugal, sobre a base da convenção assinada em 2003. Essas atividades permitem a manutenção de uma relação fluida e ágil, tanto a nível central, como entre os serviços regionais de Inspeção de Trabalho que operam em ambos os lados da fronteira. Do mesmo modo, expressam o seu interesse em aprofundar as relações em matéria de segurança e saúde no trabalho entre a Autoridade para as Condições do Trabalho de Portugal e o Instituto Nacional da Segurança e Higiene no Trabalho de Espanha.

Ambos os países declaram a sua intenção de continuar e fortalecer as ações conjuntas que já foram iniciadas para impulsionar e incentivar a Economia Social em ambos os países; implementar novas vias de colaboração para melhorar as condições em que as empresas da economia social realizam a sua atividade para facilitar o seu crescimento e a sua internalização; e impulsionar o trabalho daquelas entidades com fins sociais, e, fundamentalmente, daquelas cuja atividade está concentrada na integração laboral das pessoas com dificuldades especiais para ingressar no mercado de trabalho.

Ambos os países expressam o seu interesse em aprofundar a troca de informação sobre questões relacionadas com o emprego e a formação profissional, designadamente o desemprego dos jovens e a implementação da Garantia Jovem, assim como em assuntos no contexto das políticas para a infância e a família, grupos vulneráveis como os idosos e as pessoas com deficiência ou doença mental.

Para a consecução deste objetivo, e para demonstrar a vontade de tornar cada vez mais eficaz a cooperação entre Portugal e Espanha, foi assinado o Memorando de Cooperação e Assistência Técnica de Política Social, Emprego e Segurança Social do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social da República Portuguesa, do Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade e do Ministério do Emprego e Segurança Social do Reino de Espanha.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Recordando o Memorando de Entendimento no Âmbito do Ensino Não Superior e da Língua, assinado na Cimeira do Porto em 2012, os dois países congratulam-se com a celebração dos Memorandos de Entendimento para a adoção do Português como língua estrangeira de opção e avaliação curricular no sistema educativo não universitário, assinados entre o Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, de Portugal, e a Junta da Andaluzia e a Junta da Galiza, respetivamente.

Congratulam-se igualmente pela concessão do prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura 2014 à escritora Lídia Jorge, pela sua contribuição para o mútuo conhecimento cultural de ambos os países.

SAÚDE

Os Chefes do Governo congratularam-se com a assinatura do Acordo Administrativo em matéria de transladação de cadáveres.

DEFESA

Por ocasião da XXVIII Cimeira Luso-Espanhola, teve lugar, sob a presidência dos Chefes de Governo dos dois países, o V Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa.

O Conselho analisou os progressos realizados nos planos bilateral e multilateral que refletem a excelência das relações entre Portugal e Espanha nos domínios da segurança e defesa, com destaque para a participação dos dois países no esforço da Coligação Internacional de Combate ao ISIS, com contingentes militares que dão formação e treino às forças de segurança iraquianas. Os dois países participam nesta missão em estreita colaboração, comandando Espanha um dos quatro centros de treino destinados à formação das brigadas do exército iraquiano. O contingente português fica co-localizado com o contingente espanhol em Besmayah, o que atesta a excelência da cooperação militar entre os dois países e o esforço conjunto no âmbito da Coligação Internacional contra o Daesh, que consideram ser o reflexo da estreita relação entre os dois países em matéria de segurança e defesa e que demonstra o compromisso comum para fazer face aos desafios atuais na sua Vizinhança Sul.

No V Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, foi acordado proceder-se, até à próxima Cimeira, a uma revisão dos seus procedimentos preparatórios, tendo em vista tornar este fórum de cooperação mais ágil e adequado à intensidade e frequência dos contactos políticos, diplomáticos e militares entre os dois países, no contexto bilateral e multilateral.

Por outro lado, os desafios atuais de segurança internacional consolidaram a necessidade de aprofundar a cooperação em matéria de Defesa, tanto no plano multilateral da NATO e da União Europeia como na relação bilateral. Neste contexto, partilhando preocupações e projetos, Espanha e Portugal decidiram proceder, durante a Cimeira, à assinatura de um Acordo de cooperação em matéria de Defesa, com categoria de Tratado, que amplia ao plano bilateral o seu atual nível de colaboração conjunta na esfera internacional.

Do mesmo modo, desejam sublinhar o elevado grau de coordenação e cooperação conseguido no seio das organizações internacionais: no âmbito da NATO, acolhendo o exercício de alta visibilidade Trident Juncture 2015 e preparando, conjuntamente, a Força de Elevada Prontidão aliada para 2016; no quadro da União Europeia, através de iniciativas conjuntas, entre as que merecem destaque o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia de segurança marítima.

AMBIENTE

Com o propósito de aprofundar a cooperação transfronteiriça em matéria de bacias hidrológicas partilhadas, Espanha e Portugal reiteram o seu compromisso político em continuar a impulsionar os trabalhos de desenvolvimento da Convenção de Albufeira, de acordo com o calendário e com o programa de trabalho da Comissão de Aplicação dessa Convenção. Assim, as Partes acolhem com agrado a decisão dos Ministros do Ambiente de Espanha e Portugal de realizar, durante o mês de julho, a terceira Conferência das Partes da Convenção de Albufeira.

Em relação à aplicação da diretiva-quadro da Água, ambos os países comprometem-se a impulsionar a aprovação dos planos hidrológicos do segundo ciclo de planificação hidrológica de bacias partilhadas no calendário da diretiva.

Os dois países congratulam-se pela aprovação da candidatura conjunta apresentada por Espanha e Portugal da Reserva da Biosfera Transfronteiriça da

Meseta Ibérica, promovida pelo Agrupamento Europeu de Cooperação territorial ZASNET, que foi aprovada pelo Conselho Internacional de Coordenação do Programa o Homem e a Biosfera (MaB) da UNESCO durante a sua última reunião, realizada em junho de 2015.

Esta é a segunda Reserva da Biosfera Transfronteiriça existente entre Portugal e Espanha; a primeira foi aprovada em 2009 e está localizada em Gerês-Xurés. Além disso, é a décima quinta reserva da biosfera transfronteiriça da UNESCO a nível mundial.

PESCAS

Portugal e Espanha ressaltam a importância do Acordo bilateral em matéria de pescas e, no mútuo interesse das suas frotas, reafirmam o seu empenho em trabalhar em conjunto com os respetivos setores na criação dos consensos necessários para a realização de um novo acordo em 2016, que permita dar mais garantia e estabilidade às Partes.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

No quadro de um relacionamento estreito e permanente, que permite a troca regular de informação e uma colaboração intensa no âmbito das múltiplas organizações internacionais a que ambos os Estados pertencem, com natural destaque para as Nações Unidas, onde Espanha ocupa um lugar não-permanente no Conselho de Segurança, os dois ministros analisaram em particular os seguintes temas:

Mediterrâneo/Vizinhança Sul

Espanha e Portugal continuarão a trabalhar pelo reforço das relações euro-mediterrânicas com a finalidade de fazer da região um espaço de paz e segurança, de intercâmbios e de prosperidade partilhada. A região enfrenta desafios até agora desconhecidos que revelam a interdependência crescente entre as duas margens do Mediterrâneo e exigem a implicação da comunidade internacional e, em particular, da União Europeia no esforço concertado.

A revisão em curso da política de vizinhança da UE deve ter em conta as novas realidades, ser dotada dos meios suscetíveis de conseguir os seus objetivos e responder às expectativas legítimas de todos os seus participantes.

O processo de consultas com os parceiros do sul iniciado com a reunião ministerial de 13 de abril de Barcelona deverá levar à elaboração de uma política capaz de dar uma resposta rápida e adequada à situação real no terreno e adaptar-se à diversidade existente com uma visão política a longo prazo das relações entre a UE e os seus vizinhos do sul e que, ao mesmo tempo, contribua para o desenvolvimento das suas relações entre esses países.

Espanha e Portugal congratulam-se pela excelente colaboração no âmbito do Diálogo 5+5, que consideram um quadro exemplar de diálogo político e de cooperação estruturada na região do Mediterrâneo Ocidental e reiteram o seu compromisso em continuar a fortalecer e consolidar a cooperação em várias áreas-chave.

Espanha e Portugal reiteram o seu pleno apoio à União pelo Mediterrâneo. Convencidos de que constitui um contexto apropriado para o desenvolvimento das relações euro-mediterrânicas, complementar das relações bilaterais, trabalharão para que haja uma posição mais central no capítulo regional da Política Europeia de Vizinhança e que veja o seu papel de plataforma de cooperação regional reforçado.

África

Espanha e Portugal afirmam a importância de África e a sua confiança em que as potencialidades e a progressiva consolidação da governabilidade democrática contribuirão para um futuro partilhado mais proveitoso. Ambos os países continuarão a trabalhar conjuntamente, tanto bilateralmente como no seio da UE, em áreas de interesse comum na África subsaariana como são a África Ocidental, o Sahel, o Golfo da Guiné e países como a Guiné-Bissau que entrou numa nova fase que poderá conduzi-la à senda da estabilidade, da democracia e do desenvolvimento. Ambos os países também acordaram contribuir para que as organizações regionais africanas, como a União Africana e a CEDEAO, possam enfrentar os desafios comuns na África subsaariana: o terrorismo, a imigração irregular, o desenvolvimento, a democracia e a estabilidade.

Líbia

Em relação à crise líbia, certos de que apenas pode haver uma solução política, ambos os países saúdam os esforços do Representante Especial para a Líbia do SGNU, Bernardino León, e apelam a um rápido acordo entre todas as partes com vista à formação de um governo de unidade nacional, essencial para estabilizar o país e combater as ameaças à segurança na região e o tráfico de migrantes no Mediterrâneo.

Ambos os países confirmam a sua vontade partilhada de apoiar o governo de unidade nacional na Líbia.